



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

1. ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Ano de 2020 (Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril)

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Adenda ao Protocolo – Condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente
- 1.2. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de cedência do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas – Ratificação de despacho
- 1.3. União Recreativa Sapateirense – Pedido de emissão de licença especial de ruído e de isenção do pagamento das respetivas taxas – Ratificação de despacho
- 1.4. CERCICAPER – Pedido de ocupação de via pública com tubo subterrâneo, de autorização para corte de estrada e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.5. Quadrado Acolhedor – Pedido de lugar para cargas e descargas
- 1.6. Reclamação por danos em vedação - Indemnização
- 1.7. Reclamação por danos em habitação – Indemnização
- 1.8. Locais de venda no mercado semanal – Alteração

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2019

3. Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património

- 3.1. Hasta pública para alienação de imóveis – Proposta de adjudicação

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

A Sra. Presidente começou por apresentar um pedido de desculpas por causa do atraso que se tem verificado na apresentação e aprovação das atas, assumindo o compromisso de que, à medida que as propostas de atas fossem estando prontas seriam enviadas aos Srs. Vereadores, tendo-lhes solicitado que remetessem as sugestões de alteração às mesmas via e-mail, para que, nas reuniões subsequentes, a sua aprovação fosse mais célere.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que também os Vereadores do PS lamentavam a situação, desde logo porque estaria a enviar a remessa da documentação que têm vindo a solicitar.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Através de e-mail, veio a CERCICAPER informar da alteração da data e do local de ida à praia com os seus utentes, solicitando a manutenção do apoio concedido pelo Município para o efeito (cedência de transporte);
- Através de ofício datado de 16/09/2019, veio a Liga Portuguesa Contra o Cancro informar que obteve autorização do Ministério da Administração Interna para a realização do seu peditório nacional agendado para os dias 31 outubro a 3 de novembro, solicitando nesse âmbito o apoio do Município na distribuição dos folhetos e cartazes alusivos à iniciativa;
- Através de e-mail de 26/09/2019, veio o Rancho Folclórico União Recreativa Sapateirense informar do cancelamento do XVII Festival de Folclore que se encontrava previsto para o dia 28 de setembro, devido a motivo de saúde de alguns dos seus elementos e à indisponibilidade de alguns ranchos convidados para participar no evento. Agradece o apoio que iria ser disponibilizado pelo Município para o efeito e informa, ainda, que irá tentar reagendar o referido Festival.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que começou por partilhar que, no dia anterior, ele e o Sr. Vereador António Antunes tiveram oportunidade de estar presentes na reunião da Assembleia de Freguesia realizada na localidade de Sarnadas, terceira ou quarta reunião concretizada de forma descentralizada, tendo ficado sensibilizados com o modo como decorreu e com a participação dos cidadãos.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, atendendo ao facto de, na esmagadora maioria das reuniões de Câmara, não existir a participação de munícipes, propõe que seja equacionada a possibilidade de descentralizar a sua realização, à semelhança do que tem sido feito pela Junta da União das Freguesias, como medida para contrariar o afastamento que tem vindo a ser notado. Indo mais além, referiu que esta proposta deveria ser votada ou, no



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

mínimo, discutida em sede de reunião de Câmara, parecendo-lhe que do ponto de vista logístico não haveria grandes constrangimentos.

Prosseguindo, deu nota que, fruto da participação dos munícipes na reunião de ontem e atendendo às preocupações que manifestaram, os Srs. Vereadores do PS consideram que os assuntos apresentados não dizem respeito à ação e competência da Junta de Freguesia e que devem ser discutidos em sede de reunião de Câmara, passando a elencá-los.

Assim, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes relatou que naquela reunião foi solicitada a intervenção no ramal que liga Sarnadas à Cova das Malhadas, uma vez que era uma acessibilidade bastante utilizada pelos seus habitantes, que agora se viam impedidos de a usar devido ao seu estado de deterioração. Acrescentou que, uma vez que a Sra. Presidente conhecia a existência daquele ramal e do seu estado de deterioração, teria feito sentido incluir aquele trajeto no conjunto de requalificações que já foram realizadas.

Em seguida, e fazendo eco da reclamação apresentada pelo Sr. Domingos Francisco, mencionou que este munícipe já efetuou uma queixa/reclamação junto dos serviços administrativos desta Câmara, tendo seguidamente, dado conhecimento ao Sr. Vereador Nuno Tomás da existência de um pedregulho que teria resvalado para a sua propriedade aquando da realização de trabalhos por madeireiros.

A este propósito o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez notar que não tinha conhecimento integral da situação e não sabia se esta era da competência da Câmara, porém considera que o mínimo exigido era uma resposta à pretensão do munícipe, uma vez que isso *“configura uma das elementares regras do exercício de poder”*, deixando esta nota para que a situação fosse analisada e se efetuassem as ações necessárias e possíveis para solucionar a situação.

Continuando, referiu que na citada reunião foram ainda alvo de discussão as matérias de saneamento e da falta de pressão na rede de água, e pese embora a matéria em questão já possa estar a ser tratada pela empresa intermunicipal, salientou que o facto de a nossa taxa de abrangência da rede de saneamento ser acima da média dos Municípios que integram a referida empresa não deverá consubstanciar critério para que o nosso Município seja o último a merecer intervenções.

Nesta senda, afirmou que o Município deve ter uma postura reivindicativa, por forma a não serem descuradas as necessidades dos nossos munícipes. Acrescentou, ainda, que lhes foi dado conhecimento da existência de fossas rotas, circunstância que merece também uma intervenção, uma vez que não se assume como aceitável esperar que a empresa intermunicipal atue nesse sentido.

Relativamente à questão da pressão da água, relatou que os munícipes Sr. Rui Amaro e o Sr. Domingos Francisco referiram que, por vezes, a pressão é tão diminuta que não conseguem ter água quente nas suas habitações. Assim, pediu para que se houvesse forma de solucionar a questão, ainda que provisória ou transitoriamente, assim fosse feito.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que foi contactado pela D. Fátima Henriques, residente em Sarzedas de Vasco, que lhe transmitiu que ainda não tinha sido resolvida a questão da placa informativa da referida



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

localidade, acrescentado a propósito, entender que o Município reúne condições para responder positivamente à pretensão da munícipe.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás esclareceu que havia sido solicitada a colocação de placas de identificação nos ramais de Sarzedas de S. Pedro e Sarzedas de Vasco, o que foi deferido, e que, por sua vez, a colocação de placas no Ramal de Vila Facaia aguardava a resolução da questão dos limites do concelho.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que a referida munícipe teria manifestado a sua preocupação relativamente à possível alienação da escola primária, considerando que deveria ser preservada a identidade e homenageadas as pessoas que contribuíram para a construção, no passado, da escola primária, da capela e do cemitério das Sarzedas.

Ainda sobre o assunto, acrescentou que a mencionada a munícipe afirmou que estaria a reunir esforços para que, em conjunto com os habitantes da Balsa, Sarzedas de S. Pedro e Sarzedas do Vasco, fosse constituído naquele lugar um núcleo museológico e etnográfico, através da recolha de peças detidas pelos habitantes daquelas localidades.

A propósito, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou ter dito à munícipe em causa que a hipótese de alienação não tinha sido colocada em cima da mesa, até ao momento, por este Executivo, e quanto ao núcleo museológico sugeriu que constituíssem uma entidade juridicamente válida, por exemplo uma Associação, que pudesse representar e prosseguir estes intuitos e objetivos perante a Câmara ou outras demais instituições competentes.

Mais afirmou que foi assumido pela D. Fátima que iria diligenciar no sentido de compreender quem estaria disponível para assumir aquela missão de dinamização e reabilitação da escola primária.

Seguidamente, foi referido pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes que considera que devem ser realizados todos os esforços, assim como manifestada disponibilidade por parte deste Executivo no sentido de auxiliar na prossecução destas metas, uma vez que considera que a ideia transmitida se afigura mais adequada do que o edifício se encontrar devoluto e fechado.

Salientou que esta matéria, como outras, lembraram a necessidade de reintegração da figura do orçamento participativo que dá o mote para que esta e outras ideias, de igual natureza, possam ser apresentadas e concretizadas.

Assim, e porque pensa que a Câmara Municipal já se encontrará, certamente, a elaborar ou a preparar o Plano e Orçamento para o próximo ano, os Vereadores do PS consideram, à semelhança do que foi firmado no ano anterior, que deve ser incluída esta figura para que seja assegurado, na medida do possível, o apoio a este tipo de iniciativas.

Por fim, expôs o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que teve conhecimento, através do jornal “Expresso”, que o Município de Pedrógão Grande, conforme, aliás, já foi feito pelo Município de Figueiró dos Vinhos, procedeu à criação de um conjunto de incentivos para os Bombeiros Voluntários, notícia que não o espantou, mas que o entristeceu, pois, por sugestão dos Vereadores do PS, o mesmo já podia ter acontecido em Castanheira de Pera.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

Fez notar que o que tem sido feito por estes municípios vai ao encontro da proposta apresentada pelos Vereadores do PS em sede de reunião de Câmara no ano anterior, na qual sugeriram que fosse criado um conjunto de incentivos que possam discriminar positivamente o exercício do voluntariado no âmbito dos Bombeiros Voluntários.

Nesta sequência, questionou os presentes sobre o que se estaria a passar, as razões pelas quais não criavam o regulamento, se continuavam a aguardar a atuação da Comunidade Intermunicipal, e para quando estaria prevista a sua elaboração ou *“então admitam de uma vez por todas que não assumem a proposta porque ela foi feita pelos Vereadores do Partido Socialista”*.

Por fim, e ainda a propósito desse assunto, informou que os Vereadores do Partido Socialista pretendem deixar uma breve recomendação para a ata *“no sentido de lamentar profundamente que este Executivo continue, de uma forma politicamente autista, a não contemplar o conjunto de propostas que os Vereadores do Partido Socialista sistematicamente trazem a esta Câmara, e que não vemos qualquer evolução, nem qualquer explicação para isso. Portanto, eu acho que os nossos Bombeiros Voluntários, à semelhança do que acontece nestes concelhos, mereciam-nos um bocadinho mais de consideração e até, por uma questão de sustentabilidade do próprio corpo ativo, acho que fazia sentido nós inventariarmos aqui um conjunto de medidas e pô-las em prática com a maior brevidade. Acho que era um sinal muito importante que daríamos e, lamentamos que, de facto, estejamos sempre aqui a correr atrás do prejuízo e nesta matéria, mais uma vez flagrante, porque não quero acreditar que são todos os outros que estão errados e nós é que estamos certos”*.

Não havendo outras notas a acrescentar pelo Sr. Vereador, interveio a Sra. Presidente que começou por referir que a realização de reuniões descentralizadas constava como objetivo seu desde o início, no entanto, por várias razões, ainda não conseguiu concretizá-lo.

Seguidamente, fez referência à questão do mau estado do ramal entre as Sarnadas e a Cova das Malhadas, esclarecendo que tinha conhecimento do pedido de estabilização da via, mas que, no entanto, e como era do conhecimento dos Srs. Vereadores do PS, não foi possível proceder a todos os melhoramentos necessários na primeira fase, daí que já tivesse sido feita a identificação de outras carências com o objectivo de serem resolvidas numa segunda fase de melhoramento das vias e acessibilidades.

Prosseguindo, pediu ao Sr. Vereador Nuno Tomás que efetuasse os esclarecimentos necessários acerca destas duas situações.

Tomando a palavra o Sr. Vereador Nuno Tomás explicou que no momento em que teve conhecimento pelo Sr. Domingos da situação em causa, solicitou ao Serviço de Fiscalização que fosse inspecionar no sentido de averiguar se aquela situação do pedregulho se enquadrava no âmbito das competências da Câmara, não tendo ainda conhecimento da solução dada ao assunto.

Em relação à falta de pressão da água na rede, o Sr. Vereador Nuno Tomás transmitiu que nem os municípios, nem os serviços de águas lhe teriam dado



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

conhecimento da situação pelo que iria aferir o que efetivamente se passa e qual a solução adequada.

Por sua vez, na questão do saneamento começou por indicar que algumas aldeias que não têm este serviço, referindo, a título de exemplo, as Sarnadas, os Pisões e o Carregal Cimeiro, uma vez que, quando há dispersão de aldeias as fossas sépticas acabam por ser a solução adotada. No entanto, salientou que para o Executivo esta é uma preocupação, e que impera a garantia do dever de zelo pela ribeira e pelo meio ambiente.

Mais acrescentou que a fase em que se encontra o Município é de transição, pois essas competências irão ser transferidas para a empresa intermunicipal, mas que o Executivo não deixará de reiterar as carências sentidas e sinalizadas.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente apontou que a questão da placa referida pela D. Fátima estava esclarecida e quanto à questão da escola primária das Sarzedas esclareceu que nunca se equacionara a possibilidade da sua alienação pelo que constitui uma prioridade deste Executivo a própria reabilitação do edifício e das suas acessibilidades, no entanto ainda não ocorreu a oportunidade de concretizar o projeto criado pelo ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) para aquele espaço em concreto.

Relativamente à questão do Orçamento Participativo garantiu a Sra. Presidente que o assunto não está esquecido.

Quanto ao Regulamento de incentivos aos bombeiros, começou por referir que tem todo o carinho pela Corporação de Bombeiros Voluntários, que *“dão aquilo que têm e não têm”*, e que tem feito um acompanhamento bem próximo daquela casa, não só de agora, mas de há largos anos.

Recordou a Sra. Presidente que, a propósito da sugestão pelos Srs. Vereadores do PS sobre a criação de um conjunto de incentivos aos Bombeiros Voluntários, informou que já estavam a analisar o assunto, e que a CIMRL teria questionado quais os Municípios que não teriam o referido regulamento, tendo disponibilizado auxílio na realização e formalização do mesmo. Em seguida referiu que, no passado dia seis de setembro, realizou-se a reunião do Conselho Intermunicipal da CIM, na qual esteve presente o Sr. Vereador João Graça em sua substituição, solicitando ao mesmo que transmitisse as informações lá prestadas neste âmbito.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador João Graça transmitiu que, na citada reunião, a CIMRL teria informado que não avançaria com o processo de criação do Regulamento, deixando à consideração dos municípios que a integram a decisão de criação e definição dos moldes do regulamento de incentivo aos bombeiros voluntários.

Retomando ao assunto da descentralização das reuniões, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que se, como afirmado, existe uma enorme vontade dos presentes em que as reuniões se passem a fazer naqueles moldes, não entendia a razão de permanecerem no campo da vontade, considerando que as razões logísticas não são impeditivas da realização das reuniões, nomeadamente no Camelo, no Coentral, nas Sarnadas, ou noutra localidade do concelho.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

Para além disto, salientou que o relevante não reside em quem sugeriu a descentralização, o prioritário é estar próximo das pessoas tão rápido quanto possível.

Volvendo ao assunto da criação do regulamento de incentivos aos bombeiros, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a Sra. Presidente pode, na informação que pediu ao Vereador João Graça que transmitisse sobre o que foi decidido pela CIMRL na sua reunião de setembro, ver uma forma de atenuar a sua responsabilidade, mas tal, na prática tal não acontecerá pois, aquando da apresentação da proposta pelos Vereadores do PS, foram indicados, salvo erro, 16 ou 17 Municípios que já teriam o seu próprio regulamento.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador António Antunes para deixar algumas notas acerca da matéria, referindo que a situação agora em análise já foi tema em diversas reuniões, sendo que a apresentação da proposta de criação de um Regulamento Municipal de incentivos aos Bombeiros Voluntários ocorreu no dia 13 de julho de 2018. Na referida apresentação, foi presente um documento que continha um conjunto exemplificativo de medidas que poderiam potenciar a entrada de voluntários para a nossa Corporação, podendo ser aquelas medidas propostas ou outras.

Acrescentou ainda que, no momento em que apresentaram a proposta, a mesma nem chegou a ser votada, em virtude de nos terem indicado que o documento poderia configurar uma série de ilegalidades, tendo a Dra. Bernardina indicado uma delas. Posteriormente, em outras reuniões, os Vereadores do PS elencaram diversos municípios que se encontrariam “ilegais”, uma vez que detinham este tipo de regulamento e incentivos de semelhante natureza.

Prosseguindo, e ainda a propósito desta matéria, o Sr. Vereador António Antunes invocou a informação que prestada pelo Sr. Vereador João Graça acerca da reunião da CIMRL, e desafiou que fosse votada aquela proposta – Criação de um Regulamento de Medidas de Apoio aos Bombeiros Voluntários – uma vez que todos tinham conhecimento do conteúdo da mesma, já fora amplamente discutida, pelo que estariam em condições de proceder à sua votação.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes solicitou informações relativamente ao procedimento da Retorta, questionando se se mantinha o destino da obra, isto é, se o espaço se destinará à empresa “Bainha Aberta”, e se o prazo de conclusão se mantinha nos 120 dias conforme estava nos procedimentos anteriores.

Mudando de assunto, lembrou que há cerca de mês e meio tinha trazido à reunião de Câmara a situação dos esgotos da Gestosa Fundeira junto à praia fluvial, mas que, até ao momento, tudo se mantinha na mesma, não tendo sido alvo de intervenção.

Ainda no uso da palavra, afirmou que é imperativo solucionar as carências da população, referindo, a propósito, que algumas aldeias se encontram “*completamente ao abandono*” não só em termos de limpeza, mas a vários outros níveis. Adiantou, ainda, que a Sra. Presidente poderá responder que pavimentaram as estradas. No entanto, embora tal seja uma realidade, não é menos verdade que não fizeram mais do que o programado pelo anterior executivo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

Tomando, novamente, a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez referência às várias vezes que a questão da limpeza do concelho e das aldeias, de uma forma generalizada, tem sido discutido em sede de reunião, questionando se tinham conhecimento da existência de uma linha de crédito disponibilizada pelo Ministério da Administração Interna no sentido de conceder apoio financeiro aos Municípios para a realização de limpezas florestais, com término no dia 30 de setembro.

Prosseguindo, afirmou que, infelizmente, e ao que sabe, só apresentaram candidatura à referida linha de crédito três Municípios, sendo eles Sardoal, Baião e Viana do Castelo, resultando num total de financiamento de 408 mil euros atribuídos, interrogando o Executivo se teriam ou não apresentado também candidatura à referida linha de crédito.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o nosso Município não concorreu pelo facto de o PMDFCI (Plano de Defesa Municipal da Floresta Contra Incêndios) não estar aprovado, encontrando-se ainda em discussão pública, o que inviabiliza a apresentação de certas candidaturas.

Nessa sequência, o Sr. Vereador António Antunes questionou se, uma vez que o PMDFCI já se encontra elaborado e em discussão pública, não poderia ter sido apresentada a candidatura com a condicionante relativa ao Plano.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que uma candidatura que foi apresentada no âmbito do combate às vespas asiáticas veio recusada em virtude de ainda não ter sido aprovado o Plano.

Atendendo à resposta dada, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se era condição para concorrer, tendo a Sra. Presidente respondido que obviamente não colocou a questão sobre essa linha de crédito em concreto, todavia, o facto de não estar o plano aprovado inviabiliza uma série de candidaturas, ao que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que iria aprofundar esta questão.

Em seguida, usou da palavra o Sr. Vereador Nuno Tomás para prestar alguns esclarecimentos relativamente à questão da Retorta, tendo, nesse âmbito, informado que o compromisso assumido quanto ao destino daquele espaço era para manter.

Prosseguindo, e ainda sobre a Retorta, afirmou que, na última reunião quando os Srs. Vereadores do PS votaram contra, alegando que se trataria de um mau negócio e que não haveria dinheiro para acabar a obra, foi esclarecido pelo executivo que todos os pressupostos se manteriam, e como tal, também os 120 dias, tendo-se mantido efetivamente.

Contrapondo estas palavras, o Sr. Vereador António Antunes referiu que não o disseram naqueles termos e que o Sr. Vereador estava a deturpar o que foi dito. Disseram sim, que não consideravam como boa opção a realização de um convite de ajuste direto com aquele valor a uma única empresa. Ou seja, os Vereadores do PS não o disseram *“naqueles termos tão levianos como o Vereador está a dizer”*, o



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

que se demonstrará quando for apresentada a proposta de ata da reunião em questão.

Em resposta, o Sr. Vereador Nuno Tomás rebateu o afirmado pelo Sr. Vereador António Antunes, esclarecendo que apenas recordou que os Senhores Vereadores do PS referiram que o dinheiro não chegava para acabar a obra afirmando que não lhe parece que esteja em causa um negócio lesivo dos interesses do Município, até porque realizaram o ajuste direto pelo mesmo valor do concurso.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes reiterou que não o disseram naqueles termos, explicando que aquilo que terá sido questionado pelos Srs. Vereadores do PS foi a circunstância de terem contratado os serviços de uma empresa externa para elaborar um projeto que, supostamente, já se encontraria elaborado, ainda que pudesse estar mal elaborado, e que o concurso tinha ficado deserto.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que o que deveria ser feito, ao invés de deturpar as expressões, seria facultar toda a documentação já solicitada - projeto, autos de medição e documentação acerca da obra – solução que evitaria que *“se falasse de cor”*.

Prosseguindo, a Sra. Presidente pediu ao Vereador Nuno Tomás que prestasse informação sobre a questão dos esgotos da Gestosa Fundeira, tendo o mesmo esclarecido que logo após a reunião em que essa questão foi transmitida, encaminhou o assunto para os serviços competentes, acrescentando que todas as questões que são suscitadas quer pelos Srs. Vereadores, quer pelos munícipes, são encaminhadas. No entanto, nem sempre é possível atuar tão rapidamente como se pretende, e, por vezes, a solução assume contornos que atrasam a sua resolução. Concluindo, referiu que se iria inteirar da situação e que depois daria conhecimento aos Senhores Vereadores.

Tomando novamente a palavra, a Sra. Presidente garantiu que todas as intervenções de limpeza foram realizadas quer na vila quer nas aldeias. Todavia concordava com os Srs. Vereadores que os espaços já careciam de novas intervenções, que não têm sido permitidas pelas condições climatéricas que se têm vindo a fazer sentir, lamentando também que não haja a capacidade de resposta como pretendia o executivo.

Para além disto, esclareceu que tal como foi referido na reunião anterior, a chegada do equipamento de limpeza terá lugar a meados do mês de outubro.

Retomando à questão da criação do regulamento de incentivos aos Bombeiros Voluntários, o Sr. Vereador António Antunes questionou se não se procederia à votação da referida proposta.

Atendendo ao facto de não se mostrar cumprido o prazo estabelecido de cinco dias para incluir a proposta na ordem do dia, os Srs. Vereadores do PS



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

propuseram a inclusão da proposta de criação de um regulamento Municipal de Incentivos aos Bombeiros Voluntários, na agenda da próxima reunião de Câmara.

Intervindo, a Sra. Presidente esclareceu que o Regulamento em causa constitui preocupação do executivo. Novamente referiu que teria sido assumido pela CIMRL o compromisso de elaboração daquele regulamento em conjunto com os municípios que a integram. Salientou ainda que quando a Dra. Bernardina se referiu a uma possível ilegalidade, se referia não ao documento, mas tão-somente a uma alínea apresentada naquela proposta de regulamento.

Tomando novamente a palavra, o Sr. Vereador António Antunes disse que não se devem confundir dois assuntos distintos, um a criação do regulamento e outro o conteúdo que o mesmo terá, sublinhando que a proposta dos Srs. Vereadores do PS foi a sua criação, tendo, a propósito, sugerido algumas medidas que nele se poderiam, ou não, incluir. De qualquer forma, frisou que pretendiam deixar a proposta de inclusão daquele assunto na próxima reunião de Câmara.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – ANO DE 2020 (DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL)

No âmbito da transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias decorrentes do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, veio a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, através de e-mail de 28/06/2019, remeter ao Município cópia da deliberação tomada pela respetiva Assembleia de Freguesia em sessão ordinária de 26/09/2019 relativamente à transferência das referidas competências para aquela freguesia em 2020, a qual se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente informação parte integrante.

De acordo com o referido documento foi deliberado o seguinte:

“Considerando a deliberação tomada pela Junta de Freguesia (Órgão Executivo) em reunião ordinária de 29/05/2019 e pela Assembleia de Freguesia em sessão ordinária de 13/06/2019 concernente à não aceitação da transferência de competências para os órgãos da freguesia decorrente do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

Considerando que se mantêm todos os fundamentos ínsitos nas supramencionadas deliberações, que aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais;

Vem a Junta de Freguesia, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, conjugado com o estipulado pela alínea j) do n.º 2 do artigo 9.º e pela alínea xx) do n.º 1 do artigo 16.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter a seguinte proposta à aprovação da Assembleia de Freguesia: manter, para o ano de 2020, nos termos e com os fundamentos das deliberações atrás referidas, a não aceitação da transferência de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

competências para os órgãos da freguesia decorrente do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

Proposta aprovada em minuta por unanimidade.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

5. ADENDA AO PROTOCOLO – CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE

Presente proposta de Adenda ao “Protocolo Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente”, celebrado em 04/05/2018, a subscrever pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, este Município e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera.

A referida Adenda traduz-se na alteração à cláusula quinta do protocolo em apreço, reforçando os direitos dos elementos da Equipa de Intervenção Permanente, nomeadamente no que respeita aos montantes a auferir.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a Adenda supramencionada, nos precisos termos da cópia que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO MUNICIPAL, DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO

Presentes e-mails do Sport Castanheira de Pera e Benfica a solicitar transporte para a equipa sénior masculina no âmbito dos jogos de preparação para a nova época e autorização para utilização dos balneários do Pavilhão Municipal para realização de treinos dos escalões de formação, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este no domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar as decisões de cedência de transporte do dia 22 de setembro de 2019 e de cedência dos balneários do pavilhão gimnodesportivo do dia 23 de setembro até à presente data, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos para as restantes datas, bem como ao pedido de isenção do pagamento das taxas devidas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO

Presente requerimento da União Recreativa Sapateirense, representada por Gualter Santos Fernandes, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de karaoke, no dia 21 de setembro, no horário compreendido entre as 22h.00 e as 04h.00 do dia seguinte, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a realização do espetáculo ocorreu em data anterior à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi emitida a licença conforme solicitado, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. CERCICAPER – PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA COM TUBO SUBTERRÂNEO, DE AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE ESTRADA E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente e-mail da CERCICAPER - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, requerendo no âmbito do projeto agrícola “Ervas da Vila” autorização para executar a abertura de uma vala na via pública, na localidade de Vilar, para a passagem da tubagem de rega para os terrenos da instituição afetos ao indicado projeto, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas, incluindo as referentes à ocupação da via pública, em virtude do cariz social do projeto.

Presente Informação do Fiscal Municipal, datada de 23/09/2019, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente e informando, não haver inconveniente no encerramento da via para a realização dos trabalhos.

Assim, e considerando também a natureza da requerente e a mais-valia do projeto, propõe-se, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado por aquela instituição, nos termos requeridos, isentando-a do pagamento de todas as taxas inerentes ao mesmo, incluindo as respeitantes ao pagamento da ocupação de via pública.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. QUADRADO ACOLHEDOR – PEDIDO DE LUGAR PARA CARGAS E DESCARGAS



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

Presente requerimento com entrada n.º 1199 de 21/03/2019, em nome de Quadrado Acolhedor Supermercado, Lda., referente à colocação de um sinal de estacionamento proibido (exceto cargas e descargas), em frente ao seu estabelecimento sito na Praça Visconde, n.º 17, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Presente informações/pareceres emitidos pelo Fiscal Municipal, pronunciando-se, após esclarecimento do representante da requerente sobre a pretensão, em sentido favorável ao seu deferimento, nos termos e com os fundamentos constantes dos mesmos que aqui se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere dar deferimento ao pedido formulado, com salvaguarda de alterações subsequentes por parte do Município fundadas em razões de interesse público ou no uso de poderes discricionários.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. RECLAMAÇÃO POR DANOS EM VEDAÇÃO - INDEMNIZAÇÃO

Presente Participação apresentada por Maria do Carmo Fernandes Miguel, com o número de entrada 5/2019, solicitando o pagamento pelo Município de danos causados na rede de vedação da sua propriedade, sita na Rua 5 de Outubro, n.º 43, em Castanheira de Pera, juntando para o efeito um orçamento no valor de 320,00 € (trezentos e vinte euros), com IVA incluído.

Presente Parecer emitido em 24/09/2019 pelo gabinete que vem prestando apoio jurídico do Município, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que, nos termos e com os fundamentos do indicado Parecer e atendendo às circunstâncias que envolvem a situação em causa, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, indemnizando a requerente no montante total de 320,00 € (trezentos e vinte euros).

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. RECLAMAÇÃO POR DANOS EM HABITAÇÃO – INDEMNIZAÇÃO

Presente requerimento apresentado por António Manuel Bernardo Marques, com entrada 1427/2019, em 10/04/2019, solicitando o ressarcimento de prejuízos na sua habitação, sita na Rua Abílio Gama Henriques, n.º 15, em Castanheira de Pera, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, decorrentes de infiltrações de águas pluviais oriundas da via em causa após intervenções nela realizadas.

Presente Relatório Técnico dos serviços camarários, datado de 16/09/2019, atestando que, efetivamente, as obras de repavimentação da estrada em causa levou a um aumento do nível de impermeabilização fazendo com que o escoamento das águas pluviais atingisse maior velocidade e estas se infiltrassem na habitação do requerente por a mesma se encontrar na linha de passagem do seu curso.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

Considerando que a situação se enquadra no âmbito da responsabilidade civil extracontratual do Município;

Considerando que, nos termos do mapa de trabalhos e da orçamentação anexos ao Relatório Técnico supra indicado, os prejuízos importam no montante de 1.723,50 € (mil setecentos e vinte e três euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA;

Nestes termos e com os fundamentos constantes do referido Relatório Técnico, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de responsabilidade civil apresentado pelo requerente, assumindo, em consequência, o pagamento ao mesmo da quantia de 1.723,50 € (mil setecentos e vinte e três euros e cinquenta cêntimos), acrescida de IVA a 23%, a título de indemnização pelos prejuízos causados.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. LOCAIS DE VENDA NO MERCADO SEMANAL - ALTERAÇÃO

Considerando que após concretização da deliberação tomada em reunião ordinária deste órgão de 10/11/2017, relativa à deslocalização de alguns feirantes para a antiga Praça da Sardinha e encerramento da mesma ao trânsito aos sábados de manhã, se verificaram vários constrangimentos, nomeadamente, no que concerne aos lugares de estacionamento;

Considerando que os constrangimentos apontados provocaram a diminuição da afluência ao mercado municipal, por insuficiência de lugares de estacionamento próximos, causando graves incómodos aos utilizadores daquele espaço e, consequentemente, um manifesto prejuízo para a atividade económica que aí se desenvolve;

Considerando que compete ao Município a adoção de medidas de dinamização e salvaguarda da economia local que já por si se revela débil, atento às características deste território;

Considerando que a ponderação do interesse público subjacente à tomada de decisão por parte dos órgãos autárquicos deve ser efetuada de uma forma abrangente, englobando desde a vertente económica à social, tendo sempre como fim último a satisfação do bem-comum;

Considerando que, pese embora a deliberação deste órgão autárquico supramencionada, fatores supervenientes apontam no sentido de uma reponderação da decisão então tomada;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal delibere revogar a referida deliberação na parte referente à deslocalização de alguns feirantes para a antiga Praça da Sardinha e no encerramento ao trânsito daquele espaço nas manhãs de sábado.

Mais se propõe que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes, e na alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere reposicionar os feirantes em causa na Praça



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

Visconde de Castanheira de Pera, nos locais assinalados na planta que se anexa à presente deliberação.

Propõe-se, ainda, que a presente deliberação seja tomada com salvaguarda de alterações subsequentes por parte do Município fundadas em razões de interesse público ou no uso de poderes discricionários e com especial ênfase para as questões de segurança, conforme Informação emitida em 26/09/2019 pelo Fiscal Municipal, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 25 de setembro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.356.613,51 € (dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e treze euros e cinquenta e um centavos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.297.973,65 € € (dois milhões duzentos e noventa e sete mil novecentos e setenta e três euros e sessenta e cinco centavos) e as operações não orçamentais no valor de 58.639,86 € (cinquenta e oito mil seiscentos e trinta e nove euros e oitenta e seis centavos). Os movimentos de Tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.366.612,00 € (dois milhões trezentos e sessenta e seis mil seiscentos e doze euros), valor que inclui o montante de 9.998,49 € (nove mil novecentos e noventa e oito euros e quarenta e nove centavos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 12/09/2019 e 25/09/2019, registados sob os números 1269 e 1286 a 1379, no valor total de 378.332,19 € (trezentos e setenta e oito mil trezentos e trinta e dois euros e dezanove centavos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 16.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 4.600,00 € (quatro mil e seiscentos euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação, e de 13.000,00 € (treze mil euros), nas Atividades Mais Relevantes, igualmente, por reforço e anulação.

DISCUSSÃO:

O Sr. Vereador António Antunes constatou que houve um acréscimo de 10 mil euros na rubrica das comunicações questionando se foi por algum motivo em especial tendo a Sra. Presidente esclarecido que aquela rubrica foi reforçada devido ao facto de agora se remeterem todos os recibos da água pelo correio.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

Não se registando mais intervenções, a Sra Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal deliberar aprovar a 18.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 17.600,00 € (dezassete mil e seiscentos euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO

No seguimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 30 de julho de 2019 relativa à alienação de dois prédios rústicos propriedade do domínio privado do Município, sítios em Ribeiro dos Pereiros, foram cumpridos os procedimentos necessários à concretização da hasta pública a realizar para esse fim.

Nessa sequência, no dia 10 de setembro p.p., perante a Comissão designada para o efeito, teve lugar o ato público do referido procedimento (praça), do qual resultou o Auto de Arrematação que a Comissão supramencionada ora vem apresentar e submeter à Câmara Municipal.

Nos termos do referido Auto de Arrematação, cuja cópia se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o prédio rústico com o artigo matricial n.º 21867 foi adjudicado provisoriamente ao arrematante Luís Manuel da Silva Seco, pelo valor de 8.190,00 € (oito mil cento e noventa euros), e o prédio com o artigo matricial n.º 21871 foi adjudicado provisoriamente ao arrematante Táxis São Domingos, Lda. pelo valor de 2.201,00 € (dois mil duzentos e um euros).

Em face do exposto e considerando que o adjudicatário provisório do artigo matricial n.º 21867 já fez prova de que tem a situação tributária e contributiva devidamente regularizada, conforme determinado pelo n.º 3 da cláusula 17.ª do programa da hasta pública em apreço, propõe-se que, ao abrigo do estipulado na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o disposto na cláusula 21.ª do já aludido programa da hasta pública, e tendo por base o Auto de Arrematação supra indicado, a Câmara Municipal deliberar adjudicar a alienação do prédio sítio em Ribeiro dos Pereiros, inscrito na matriz rústica da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral sob o artigo n.º 21867 e descrito na Conservatória de Registo Predial de Castanheira de Pera sob o n.º 18069/20150119, a Luís Manuel da Silva Seco, contribuinte n.º 223518891, pelo valor de 8.190,00 € (oito mil cento e noventa euros), nos termos e condições do Programa da Hasta Pública para Alienação de Prédios Rústicos sítios em Castanheira de Pera, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 30/07/2019.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2019

Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2019

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar poderes à Senhora Presidente para outorgar todos os documentos que se revelem necessários à concretização dos indicados fins.

Quanto ao artigo matricial n.º 21871, uma vez que o adjudicatário provisório não apresentou os documentos estipulados pelo n.º 3 da cláusula 17.ª do programa da hasta pública, propõe-se que, nos termos do disposto no n.º 1 da cláusula 22.ª do referido programa da hasta pública, a Câmara Municipal delibere não efetuar a adjudicação definitiva ao adjudicatário em causa.

Mais se propõe, que sejam realizadas diligências no sentido de se proceder à notificação do interessado que apresentou o lance imediatamente inferior ao valor de arrematação, ora na qualidade de adjudicatário provisório, para que este dê cumprimento ao determinado pelo n.º 3 da cláusula 17.ª do programa da hasta pública.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

ENCERRAMENTO

18. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e dezassete minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____